

A implementação do novo ensino médio: dissociação entre a proposta governamental e a realidade social dos estudantes e das escolas

The Implementation of the new high school: dissociation between the government proposal and the social reality of students and schools

La implementación de la nueva educación secundaria: disociación entre la propuesta gubernamental y la realidad social de los estudiantes y las escuelas

Gerusa Citadin Righetto¹

Alex Sander da Silva²

Gildo Volpato³

Resumo

O presente artigo tem por objetivo compreender os principais desafios, problemas e contradições impostas pela implantação do Novo Ensino Médio no Brasil. Para isso, realizamos uma pesquisa bibliográfica revisitando e analisando as obras de autores brasileiros que se dedicaram a refletir sobre o Ensino Médio. A abordagem foi qualitativa e na análise buscou-se seguir os princípios da perspectiva praxiológica do sociólogo francês, Pierre Bourdieu. A análise das obras permitiu constatar que, desde suas origens, o Ensino Médio tem sido influenciado por políticas públicas impostas que, em diversas ocorrências, negligenciaram os interesses e as necessidades da comunidade escolar como um todo, e que de alguma forma, estão relacionadas com muitos dos desafios enfrentados na atualidade. O estudo destaca a implementação do novo Ensino Médio como um aspecto central do cenário educacional atual, trazendo os desafios e apresentando seus limites e contradições. O artigo apresenta os impactos gerados pela atual proposta bem como os desafios existentes para sustentar a referida mudança tendo em vista a dissociação entre a proposta e a realidade social dos estudantes e as condições objetivas das escolas públicas. Ao mesmo tempo que a Reforma explicita como ganho e inovação a diversificação da oferta por meio dos itinerários formativos e o projeto de vida, não revela o pouco investimento na valorização dos professores, na formação continuada, na melhoria das condições físicas e de equipamentos das escolas, como salas de aulas equipadas com tecnologias diversas, refeitórios, espaços de convivência dos estudantes, laboratórios de diversas áreas do conhecimento para a formação profissional, etc. Ao ampliar a carga horária do ensino médio, não levou em conta as diferenças de capital econômico, cultural e social da maioria dos estudantes do ensino médio de escolas públicas, que está levando muitos a não poder frequentá-lo, tendo em vista a necessidade de trabalho e renda.

Palavras chave: Novo Ensino Médio; Desigualdades sociais e escolares; Estudantes.

¹ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma/SC, Brasil.

E-mail: gerusacitadin@gmail.com – Orcid: <http://lattes.cnpq.br/4167708797526438>

² Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma/SC, Brasil. E-mail: alexsanders@unesc.net
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0945-9075>

³ Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. Criciúma/SC, Brasil. E-mail: giv@unesc.net
Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9167-7559>

Abstract

This article aims to understand the main challenges, problems and contradictions imposed by the implementation of the New High School in Brazil. To this end, we conducted a bibliographical research revisiting and analyzing the works of Brazilian authors who dedicated themselves to reflecting on High School. The approach was qualitative and the analysis sought to follow the principles of the praxeological perspective of the French sociologist, Pierre Bourdieu. The analysis of the works allowed us to verify that, since its origins, High School has been influenced by imposed public policies that, in several occurrences, neglected the interests and needs of the school community as a whole, and that in some way, are related to many of the challenges faced today. The study highlights the implementation of the new High School as a central aspect of the current educational scenario, bringing challenges and presenting its limits and contradictions. The article presents the impacts generated by the current proposal as well as the existing challenges to sustain the referred change in view of the dissociation between the proposal and the social reality of students and the objective conditions of public schools. While the Reform explicitly highlights the diversification of the offer through training itineraries and life projects as gains and innovations, it does not reveal the lack of investment in valuing teachers, in ongoing training, in improving the physical conditions and equipment of schools, such as classrooms equipped with different technologies, cafeterias, student social spaces, laboratories for different areas of knowledge for professional training, etc. By increasing the number of hours of secondary education, it did not take into account the differences in economic, cultural and social capital of the majority of secondary school students in public schools, which is leading many to be unable to attend due to the need for work and income.

Keywords: New High School; Social and school inequalities; Students.

Resumen

El presente artículo tiene por objetivo comprender los principales desafíos, problemas y contradicciones impuestas por la implementación de la Nueva Enseñanza Media en Brasil. Para ello, realizamos una investigación bibliográfica revisitando y analizando las obras de autores brasileños que se dedicaron a reflexionar sobre la Enseñanza Media. El enfoque fue cualitativo y en el análisis se buscó seguir los principios de la perspectiva praxiológica del sociólogo francés Pierre Bourdieu. El análisis de las obras permitió constatar que, desde sus orígenes, la Enseñanza Media ha sido influenciada por políticas públicas impuestas que, en diversas ocasiones, han negligenciado los intereses y las necesidades de la comunidad escolar en su conjunto, y que de alguna forma están relacionadas con muchos de los desafíos enfrentados en la actualidad. El estudio destaca la implementación de la nueva Enseñanza Media como un aspecto central del escenario educativo actual, trayendo los desafíos y presentando sus límites y contradicciones. El artículo presenta los impactos generados por la propuesta actual así como los desafíos existentes para sostener el referido cambio teniendo en vista la disociación entre la propuesta y la realidad social de los estudiantes y las condiciones objetivas de las escuelas públicas. Al mismo tiempo que la Reforma explicita como ganancia e innovación la diversificación de la oferta por medio de los itinerarios formativos y el proyecto de vida, no revela la escasa inversión en la valorización de los profesores, en la formación continua, en la mejora de las condiciones físicas y de equipamientos de las escuelas, como aulas equipadas con diversas tecnologías, comedores, espacios de convivencia de los estudiantes, laboratorios de diversas áreas del conocimiento para la formación

profesional, etc. Al ampliar la carga horaria de la enseñanza media, no tomó en cuenta las diferencias de capital económico, cultural y social de la mayoría de los estudiantes de enseñanza media de escuelas públicas, lo que está llevando a muchos a no poder asistir, teniendo en vista la necesidad de trabajo e ingresos.

Palabras clave: Nueva Enseñanza Media; Desigualdades sociales y escolares; Estudiantes.

Introdução

O Novo Ensino Médio foi elaborado com a premissa de tentar solucionar alguns entraves e proporcionar uma educação mais eficiente e adequada às necessidades dos estudantes. Nesse contexto, é essencial ressaltar que a reforma acarretou, dentre outras questões, um aspecto preocupante: o agravamento das disparidades de condições socioeconômicas e de capital cultural entre os estudantes e as condições objetivas de estrutura e de capacitação dos professores das escolas, sobretudo as públicas. Ao se observar os efeitos da reforma no âmbito educacional, nota-se que as diferenças de capital econômico, cultural e social dos estudantes e as condições das escolas espalhadas nesse país de atender a Reforma, ficaram mais evidentes e, em muitos casos, mais profundas.

Para iniciar essa análise, é preciso observar as desigualdades educacionais existentes no Brasil, que são intensificadas pela estrutura social e cultural do país. Barcellos et al., (2017), destaca que a educação no Brasil é marcada por profundas desigualdades, que se refletem nos acessos diferenciados às oportunidades educacionais e nos resultados acadêmicos dos estudantes. Essa realidade é fortemente influenciada pelas condições socioeconômicas das famílias, evidenciando a existência de um sistema educacional elitista, que premia aqueles que já possuem melhores condições de vida.

Nesse contexto, a implementação do Novo Ensino Médio surge com o objetivo de promover uma série de mudanças na estrutura curricular e no método de ensino, buscando tornar o ensino mais dinâmico e preparar os alunos para o mercado de trabalho. No entanto, é importante questionar até que ponto essas mudanças são realmente capazes de promover uma educação de qualidade e superar as desigualdades existentes.

A teoria do sociólogo Pierre Bourdieu contribui para a análise desse cenário educacional no Brasil. Em suas obras, como "Questões de sociologia" (1983), "O poder simbólico" (2004), "Meditações pascalianas" (2007), "Escritos de educação" (2015), "A

reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino" (2009) e "Os herdeiros: os alunos e a cultura" (2015), Bourdieu discute a importância dos capitais econômicos, culturais, sociais e simbólicos para o sucesso escolar. Segundo o autor, o sistema de ensino funciona como uma máquina de reprodução das desigualdades sociais, pois as oportunidades educacionais são distribuídas desigualmente, favorecendo aqueles que já possuem os maiores recursos.

Nesse sentido, é essencial considerar que a implementação do Novo Ensino Médio indica não ser suficiente para romper com essa lógica de reprodução das desigualdades educacionais. É preciso investir em outras medidas, como políticas de acesso à educação de qualidade para todos, melhoria das condições físicas e de equipamentos das escolas, formação continuada e valorização dos professores, entre outras ações que possam efetivamente transformar e melhorar a realidade educacional do país.

Portanto, é fundamental analisar as diretrizes e leis relacionadas à implementação do Novo Ensino Médio no Brasil. A Medida Provisória MPV 746/2016, por exemplo, expõe em seu texto os objetivos gerais dessa reforma, mas não fornece um plano detalhado de como eles serão alcançados (Brasil, 2016a). Já a Lei no 13.145, de 16 de fevereiro de 2017, altera a LDB 9.394/1996, que estabelece a Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mas não apresenta medidas concretas para assegurar que os estudantes possam dar continuidade aos estudos e as escolas tenham condições de arcar com a exigência da estrutura e da formação de seus quadros na implementação do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017).

Diante dessas lacunas e da falta de clareza sobre como a reforma será integrada, o panorama da implementação do Novo Ensino Médio no Brasil se torna ainda mais preocupante. É necessário garantir uma estratégia adequada para a transição entre o modelo anterior e o novo, bem como uma formação adequada dos professores para lidar com as mudanças propostas.

Castro (2016), ao analisar a reforma do Ensino Médio, chama a atenção para a relevância das ações voltadas à flexibilização curricular. Além disso, enfatiza a importância de uma implementação gradual e responsável dessas mudanças, destacando a necessidade de medidas concretas para assegurar que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade.

Em suma, a implementação do Novo Ensino Médio no Brasil, do ponto de vista de quem propôs, ou seja, do governo e da elite brasileira, é uma medida que busca trazer

mudanças importantes para a educação brasileira. No entanto, é preciso analisar criticamente o panorama dessa implementação e considerar o impacto social que vem gerando. Aprofundar a discussão sobre as desigualdades educacionais, considerar a teoria de Bourdieu, analisar as diretrizes e leis relacionadas e promover uma implementação responsável são essenciais para garantir que qualquer reforma educacional realmente possa trazer benefícios para os estudantes e a educação do país.

A partir dessas reflexões iniciais e problematização sobre o tema em estudo, ou seja, a implementação do Novo Ensino Médio, passamos a apresentar a estrutura do presente artigo. A seguir apresentamos um panorama teórico referente a legislação e implementação do Ensino Médio no Brasil. Após o panorama teórico, apresentamos reflexões sobre a dissociação da proposta governamental do Novo Ensino Médio com a realidade social e escolar e os impactos gerados nos estudantes a partir da reforma educacional estabelecida na Lei nº 13.415/2017. E, por último, explicitamos nossas considerações finais acerca dos problemas e contradições que estão ocorrendo na implantação do novo ensino médio, percebidas nessa revisão teórica.

Panorama da implementação do novo ensino médio no Brasil

A reforma do sistema de ensino médio no Brasil iniciou com a promulgação da Medida Provisória MP 746/2016, em 2016, após Michel Temer (2016-2019) tomar posse. A MP especificada alterou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 da LDB para a Lei vigente nº 13.145/2017.

Esta iniciativa de reforma foi fundamentada em quatro pontos: em primeiro lugar, destacou-se o baixo desempenho dos estudantes nas disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, conforme os dados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); em segundo lugar, a reforma abordou a questão da estrutura curricular, que se mostrava inflexível com uma trajetória única, composta por 13 disciplinas consideradas excessivas, fato este que gerava desinteresse e comprometia o desempenho dos estudantes; em terceiro lugar, ressaltou-se a necessidade premente de diversificação do currículo, a fim de atender às demandas educacionais contemporâneas. Por fim, o quarto ponto levantado foi o acesso limitado ao Ensino Superior por parte dos egressos do Ensino Médio, com apenas 17% dos estudantes prosseguindo para o Ensino Superior, e apenas 10% das matrículas direcionadas

para a educação profissional, o que justificou a implementação de itinerários específicos no Ensino Médio. Essa medida visava, portanto, aprimorar o sistema educacional e alinhar-se com as necessidades do contexto socioeconômico do país (Góes; Boruchovitch, 2021).

De acordo com as disposições normativas da Lei 13.415/2017, a implementação do Novo Ensino Médio (NEM), representou uma significativa inflexão na educação nacional, implicando em uma reestruturação do sistema educacional do país. Entre as principais prerrogativas engendradas por esta reforma, segundo a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016 - exposição de motivos, destacam-se: “ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (Brasil, 2016) e; a flexibilização da grade curricular através da implantação de itinerários formativos. Sendo assim, houve uma alteração na carga horária de ensino, que anteriormente a reforma consistia em 800 horas anuais, distribuídas ao longo de 200 dias letivos e no Novo Ensino Médio, passa a ser de no mínimo 1000 horas anuais, mantendo inalterados os dias letivos, pois a carga horária passaria a ser de sete horas diárias. Essa expansão da carga horária impulsionou a necessidade de implementação de escolas em tempo integral para o ensino diurno e, no caso do ensino noturno, ampliou o período de formação de três para quatro anos.

Quanto ao ensino integral a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), conforme estabelecida no documento que a legitima, “expressa o compromisso do Estado Brasileiro com a promoção de uma educação integral voltada ao acolhimento, reconhecimento e desenvolvimento pleno de todos os estudantes, com respeito as diferenças e enfrentamento à discriminação e ao preconceito” (Brasil, 2018, p.5). Nesse sentido, a BNCC enfatiza a importância da construção de um ambiente escolar acolhedor, cujo propósito fundamental é o de criar um espaço de aprendizagem onde possa “assegurar aos estudantes uma formação que, em sintonia com seus percursos e histórias, faculte-lhes definir seus projetos de vida, tanto no que diz respeito ao estudo e ao trabalho como também no que concerne às escolhas de estilo de vida saudáveis, sustentáveis e éticos” (Brasil, 2018, p.5). Essa abordagem busca instaurar uma cultura educacional inclusiva, fundamentada na valorização da diversidade e na promoção da equidade, de forma a possibilitar o pleno desenvolvimento dos estudantes em todas as suas dimensões cognitivas, emocionais e sociais. Mas é preciso questionar: será que é possível implementar a proposta em todas as escolas públicas e privadas do país de forma

equânime, e dar as mesmas condições de acesso e permanência, independente das diferenças de contexto e de condições socioeconômicas e culturais dos estudantes?

O atual currículo educacional está subdividido em duas categorias para a formação dos alunos: a Base Nacional Comum (BNCC), que compreende 60% da carga horária com as temáticas de disciplinas tradicionais do Ensino Médio, que estabelece as competências e habilidades essenciais e os Itinerários Formativos, que são flexíveis. Ainda atendendo às disposições da Lei 13.415/2017, o currículo que antes dividia os conteúdos abordados em sala de aula em disciplinas, agora é dividido em áreas do conhecimento, contendo cinco eixos formativos: Matemática e suas Tecnologias; Linguagens e suas Tecnologias; Ciências da Natureza e suas Tecnologias; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e por fim, Formação técnica e profissional.

Quanto ao ideário de flexibilização da grade curricular, através da implantação de programas formativos, representa uma tentativa de adequar o currículo às necessidades e interesses dos alunos. Os Itinerários Formativos, permitem que os estudantes escolham áreas de conhecimento específicas nas quais desejam se aprofundar, o “aluno poderia optar por fazer mais do que um itinerário formativo concomitantemente, a critério do sistema de ensino. Poderiam também ser oferecidos aos alunos concluintes do Ensino Médio mais de um itinerário formativo, caso existam vagas na rede” (Góes; Boruchovitch, 2021, p.8).

Assim por meio da Resolução nº 04 do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 17 de dezembro de 2018 a BNCC, conforme estabelecido, ao longo dos três anos do ensino médio, coloca as disciplinas de Português, Inglês e Matemática como obrigatórias. Por outro lado, as demais matérias são categorizadas como optativas, possibilitando a composição das grades curriculares de cada estudante de acordo com o itinerário formativo selecionado por ele. Nesse sentido, a presente estrutura curricular flexível é concebida com o propósito de promover a ampliação da autonomia e a adaptação ao perfil e às aspirações educacionais individuais de cada discente, pelo menos em sua concepção teórica. Nesse sentido, cabe o questionamento: está sendo possível alcançar esses propósitos? Há indícios de que não.

Segundo Barcellos et al., (2017), a implementação do Novo Ensino Médio no Brasil trouxe à tona diversas questões sobre as desigualdades educacionais. A flexibilização curricular, embora possa ser positiva em teoria, pode agravar as disparidades entre escolas de diferentes regiões e realidades socioeconômicas. O acesso a itinerários formativos mais

qualificados pode ser limitado em escolas com poucos recursos, reforçando a concentração de oportunidades educacionais em determinados grupos sociais.

Em prosseguimento ao estímulo para a implementação do novo ensino médio em todas as instituições educacionais do território brasileiro a partir do ano de 2021, o então presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022) efetuou um contrato de empréstimo com o Banco Mundial (Góes; Boruchovitch, 2021). A intenção do então presidente e do ministro da educação da época, segundo Góes e Boruchovitch (2021), era que não apenas o ensino médio mudasse, mas também transformar algumas escolas já existentes no território nacional em escolas cívico-militares. Nesse novo formato, a gestão das instituições de ensino ficou a cargo dos profissionais das Forças Armadas, Corpo de Bombeiros e Polícia Militar, e aos profissionais da educação coube as funções pedagógicas.

Em Santa Catarina iniciou o processo de implementação do Novo Ensino Médio em 2020, com 120 escolas classificadas escolas-piloto, onde foram avaliados, principalmente, os aspectos relacionados ao Currículo Base do território catarinense. O currículo ficou completamente finalizado apenas no ano de 2021. No ano de 2022, esse processo foi estendido para todas as escolas estaduais do Ensino Médio de Santa Catarina, onde acontece uma transição pontual do ensino regular para o NEM – Novo Ensino Médio. Os alunos que ingressaram no Ensino Médio no ano de 2022 já foram matriculados no novo currículo. Essas reformas e mudanças na legislação foram acompanhadas por contestação e críticas, porém com pouco espaço naquele momento para que se repensasse o modelo em implementação.

Com a eleição presidencial em 2022, e com a vitória do atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2023-), emergiu a possibilidade de se rediscutir o modelo e o currículo do novo ensino médio, visando uma alteração favorável do panorama educacional, neste nível de ensino. Nesse contexto, a mobilização em prol da revogação do Novo Ensino Médio evidenciou não somente a insatisfação entre os membros da comunidade escolar, mas também o descontentamento por parte dos estudiosos e pesquisadores atuantes nesse campo específico de ensino. Segundo Pellanda e Frossard (2023) mais de 650 instituições pertencentes ao âmbito educacional e dos direitos humanos manifestaram sua posição em favor da revogação do Novo Ensino Médio, fundamentando tal posicionamento na inerente problemática associada à concepção e desenvolvimento desse currículo.

Em manifestos a revogação, em maio de 2023 foi proposto um projeto de lei que poderá modificar o Novo Ensino Médio, entre as principais alterações previstas no PL 2.601/2023, destacam-se, segundo o site oficial da câmara:

I) Questões relacionadas à valorização dos profissionais da educação, à infraestrutura das instituições de ensino, à inclusão de novas tecnologias no ambiente educacional e ao aprimoramento dos currículos escolares para melhor atender às necessidades da sociedade.

II) A proposta visa também fortalecer a participação das famílias e da comunidade no processo educativo, fomentando parcerias entre escolas e a sociedade como um todo, com o intuito de criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral dos estudantes.

III) No âmbito da educação inclusiva, o projeto busca garantir o acesso e a permanência de alunos com deficiência e necessidades especiais nas escolas regulares, assegurando a oferta de recursos e apoios necessários para a efetiva inclusão e aprendizado desses estudantes.

IV) Aborda a importância do ensino técnico e profissionalizante, buscando uma maior articulação entre a educação básica e o ensino técnico, com vistas a preparar os estudantes para o mercado de trabalho e contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

Diante do panorama atual que nos encontramos, a revogação é defendida como uma possibilidade de correção dos problemas identificados, é importante ressaltar que qualquer mudança na legislação educacional deve ser precedida de amplos debates, envolvendo todos os setores da sociedade, para que se alcance uma solução que atenda às necessidades e anseios dos estudantes, professores, pesquisadores e demais envolvidos na área da educação. A busca por uma educação mais adequada aos desafios do século XXI é uma tarefa complexa, que requer esforços coletivos e contínuos em prol do aprimoramento do sistema educacional como um todo.

Conforme a premissa da proposta de formação dos alunos, almeja-se uma educação que contemple não apenas os elementos curriculares, mas também os não curriculares. Todavia, é fundamental ressaltar que a concretização efetiva desse ideal educacional repousa sobre um conjunto multifacetado de determinantes, entre os quais destacam-se incremento significativo de aportes financeiros com o intuito de otimizar a qualidade do ensino, a infraestrutura escolar e o aperfeiçoamento da capacitação docente. Ademais, enfatiza-se a

necessidade de direcionar a atenção para políticas inclusivas e voltadas à equidade, almejando reduzir as disparidades educacionais entre as distintas regiões do Brasil e promovendo, por conseguinte, uma educação de caráter mais igualitário. Convém ressaltar que as perspectivas para a gestão atual em relação ao ensino médio são suscetíveis a múltiplos fatores, como o contexto econômico vigente, a composição do Congresso Nacional e as prioridades governamentais do momento.

A dissociação da proposta governamental do novo ensino médio com a realidade social dos estudantes e das escolas

Com o intuito de reformar o sistema educacional e adequá-lo às necessidades contemporâneas, foi apresentada a proposta governamental, aprovada mediante a promulgação da Lei nº 13.415/2017, do Novo Ensino Médio. Entretanto, essa iniciativa encontra obstáculos significativos ao se confrontar com a realidade social e escolar do país.

A reforma do Ensino Médio busca uma profunda reestruturação do currículo escolar, visando torná-lo mais flexível, com ênfase na formação integral do indivíduo e em consonância com as demandas do mercado de trabalho. Entretanto, essa iniciativa se depara com um contexto complexo, marcado por profundas disparidades socioeconômicas e estruturais que exercem impacto direto sobre as escolas e comunidades, comprometendo o acesso, a permanência e a qualidade do ensino ofertado para muitos estudantes brasileiros.

Neste contexto, torna-se imprescindível a realização de uma análise crítica acerca dos desafios enfrentados no processo de conciliação entre a proposta governamental e a realidade social e educacional do país. O objetivo primordial é impulsionar o aprimoramento do desenvolvimento educacional e fomentar a busca pela equidade no sistema de ensino brasileiro.

Duas grandes obras que nos lançam luz sobre as práticas educacionais, identificando de maneira frequente a presença marcante da seletividade educacional. São elas: "Os herdeiros" (1964) e "A reprodução" (1970), dos sociólogos franceses Bourdieu e Passeron (2009; 2015). Esta seletividade educacional denunciada pelos autores, por sua vez, revelou-se como um mecanismo responsável por excluir, segregar e marginalizar estudantes provenientes das classes sociais mais desfavorecidas, ao mesmo tempo que favorecem e privilegiam aqueles indivíduos que detêm maiores capitais econômico, cultura, social e simbólico. Segundo Bourdieu e Passeron (2015, p.248) "a função mais dissimulada e mais

específica do sistema de ensino consiste em esconder sua função objetiva, isto é, dissimular a verdade objetiva de sua relação com a estrutura das relações de classe”.

A origem social exerce uma influência determinante e inspirada de disparidades educacionais, focada na reprodução de sistemas de estratificação e dominação. Isso ocorre, pois, é no ambiente escolar que o capital cultural emerge a partir da conversão do legado econômico pelas famílias, “é a própria escola que opera as grandes divisões e as grandes desigualdades” (Dubet, 2003, p.34). Os estudantes provenientes de contextos socioeconômicos mais privilegiados têm maior acesso a recursos educacionais e culturais, conferindo-lhes vantagens significativas em relação aos seus pares menos favorecidos. Essa dinâmica perpetua-se ao longo das gerações, consolidando, assim, as desigualdades educacionais fortalecendo as dinâmicas de estratificação e domínio social.

Evidentemente, “numa sociedade dividida em classes”, a escola reparte, “com famílias desigualmente dotadas de capital cultural” (Bourdieu; Passeron, 2015, p. 245), conteúdos escolares “para que sejam favorecidos os mais favorecidos e desfavorecidos os mais desfavorecidos” (Bourdieu, 2015, p. 59).

Como afirmam Baudelot e Establet (2009, p. 61), “é nos países em que a meritocracia republicana é mais fortemente reivindicada que os destinos escolares aparecem mais fortemente ligados às origens sociais e ao capital cultural das famílias”.

A nova proposta do ensino médio não considera os diversos contextos socioeconômicos em que vivem os alunos. As reformas educacionais falham em não reconhecer os desafios enfrentados pelos alunos de famílias de baixa renda. Esses alunos muitas vezes têm que trabalhar para sustentar suas famílias, elevando a altas taxas de evasão. Outro impacto gerado pela proposta do Novo Ensino Médio está relacionado às desigualdades educacionais. Barcellos (2017), destaca que essa reforma pode agravar as disparidades sociais já existentes no país. Isso ocorre porque a implementação do ensino em tempo integral, presente na reforma, tende a beneficiar mais os alunos de classes socioeconômicas mais altas. Esses estudantes têm mais condições de se adaptarem à nova estrutura curricular, enquanto os de classes socioeconômicas mais baixas enfrentam mais dificuldades para conciliar estudos, trabalho e outras atividades (Barcellos et al., 2017). Nesse sentido, a dissociação entre a proposta e a realidade de vida dos alunos mina o impacto potencial das reformas educacionais.

Dialogando com Neri (2015), encontramos um fator de extrema relevância dentro da nova estrutura do Novo Ensino médio, no que diz respeito a evasão escolar. Suas contribuições são muito relevantes para compreender os fatores motivacionais por trás desse fenômeno. Suas pesquisas têm mostrado que as desigualdades educacionais e socioeconômicas impactam diretamente na permanência dos estudantes na escola. Entre os principais pontos destacados pelo autor está a relação entre a evasão escolar e a vulnerabilidade socioeconômica. Ele enfatiza que os estudantes vindos de famílias em situação de pobreza têm maior probabilidade de abandonar os estudos, uma vez que enfrentam dificuldades financeiras e o baixo capital cultural herdado da família impactam sua trajetória educacional. Com a redução da oferta de disciplinas essenciais e a falta de incentivos para a permanência dos alunos na escola, a reforma do Ensino Médio pode agravar o problema da evasão escolar no país.

Estudos apontam que a reforma do Ensino Médio pode intensificar as desigualdades educacionais no Brasil (Barcellos et al., 2017). A oferta diferenciada de disciplinas e a concentração de recursos em determinadas áreas podem acentuar a exclusão social e dificultar a igualdade de oportunidades, um dos princípios buscados pela educação.

Com a implementação da reforma educacional e a introdução dos itinerários formativos, observa-se um avanço neoliberal, que fornece acesso mínimo de conhecimento para os filhos e filhas dos trabalhadores, a fim de perpetuar a reprodução das vantagens já oferecidas anteriormente pelo sistema capitalista. Simultaneamente, deve-se garantir que tais conhecimentos itinerantes não contribuam para uma plena humanização e reflexão sobre as origens sociais e culturais das desigualdades historicamente protegidas na sociedade e cristalizadas nos sistemas de ensino.

Nesse sentido, essa perspectiva elitista resulta em uma formação mínima para os estudantes de classes populares, relegando campos de conhecimento essenciais para a humanização dos estudantes, como a sociologia, a filosofia, a arte e a educação física, a um papel secundário. Tal abordagem reforça a concepção de que, para a reprodução da sociedade vigente, bastaria aos filhos e filhas dos trabalhadores adquirirem conhecimentos básicos e práticos nas disciplinas de Matemática e Língua Portuguesa.

Por isso, há uma crítica recorrente sobre a desvalorização de áreas de conhecimento mantidas para a formação integral dos estudantes. Castro (2017), argumenta que reformar, ao flexibilizar as disciplinas do currículo e privilegiar a formação técnica, pode enfraquecer o

ensino das ciências humanas, das artes e da cultura. Essa desvalorização pode resultar em uma formação deficiente e limitada, prejudicando a capacidade crítica e reflexiva dos jovens (Castro, 2017).

A redução da carga horária de disciplinas essenciais pode impactar negativamente a formação crítica e reflexiva dos estudantes, uma vez que elas são fundamentais para o desenvolvimento de habilidades intelectuais e o pensamento autônomo.

O Novo Ensino Médio encontra-se indissociavelmente associado à problemática da desvalorização docente; a implementação desta reforma acarretou alterações de grande magnitude no currículo e na estrutura educacional, demandando, assim, uma adaptação mais ampla por parte dos professores.

No entanto, muitos professores sentem falta de preparação e apoio por parte das mantenedoras das instituições de ensino para lidar com as propostas do Novo Ensino Médio. No caso das instituições privadas a sua mantenedora é particular, mas escolas públicas, a união, os estados e os municípios que são os mantenedores. A falta de investimentos adequados na formação continuada dos professores pode comprometer a qualidade do ensino e contribuir para a desvalorização da carreira docente. A sobrecarga de trabalho e a falta de reconhecimento profissional são questões que também têm impacto na motivação e no comprometimento dos professores, afetando, por consequência, o desenvolvimento dos alunos no contexto do Novo Ensino Médio.

A reforma em questão não contempla adequadamente a valorização dos profissionais da educação. A escassez de incentivos, tais como remuneração mais justa e condições de trabalho favoráveis, pode acarretar impactos negativos na motivação dos docentes, resultando em prejuízos à qualidade do ensino ministrado nas instituições escolares (Castro, 2016).

Em suma, a proposta do Novo Ensino Médio, apesar de buscar inovações, pode gerar impactos negativos na educação brasileira. A redução da carga horária de disciplinas fundamentais, a desigualdade no acesso, a fragilização da formação integral, entre outros problemas, demonstra a necessidade de repensar essa reforma para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes brasileiros. É importante que políticas educacionais sejam revistas com base em estudos consistentes e em diálogo com os profissionais da área, visando o aprimoramento do sistema educacional do país.

Embora a proposta, em tese, tenha o objetivo de promover uma melhoria na qualidade e na pertinência curricular dessa etapa da educação básica, apresenta impactos negativos. Um exemplo é o aumento da carga horária, que pode representar um desafio tanto para o corpo docente quanto para os estudantes. A sobrecarga de disciplinas e atividades pode acarretar em uma maior indisponibilidade de tempo para a realização de outros projetos e atividades extracurriculares, além de poder resultar em cansaço dos estudantes, em ter mais do mesmo, e diminuição da qualidade do ensino. Além disso, a falta de infraestrutura adequada, como laboratórios e espaços de convivência, também pode comprometer o aproveitamento escolar (Freitas, 2019). Outro ponto são as desigualdades educacionais e desvalorização de áreas de conhecimento. Além disso, analisando as reflexões de Bourdieu (2004) evidenciamos como o sistema educacional pode reproduzir as desigualdades sociais e fortalecer a lógica de poder e dominação, já denunciadas pelo autor.

Bourdieu ressaltava a importância da educação como um processo simbólico de legitimação e reprodução de poder (Bourdieu, 2004). A proposta do Novo Ensino Médio pode fortalecer essa lógica ao enfatizar a formação técnica em detrimento do desenvolvimento de habilidades críticas e reflexivas (Bourdieu; Passeron, 2015). Isso pode gerar uma formação limitada voltada unicamente para as demandas do mercado de trabalho, sem levar em consideração as necessidades de desenvolvimento humano e social (Bourdieu, 2007).

Diante dessas considerações, é fundamental investir em infraestrutura adequada, garantindo que escolas de todas as regiões do país possam implementar as mudanças propostas. Em muitas regiões do país, principalmente em áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos, escolas enfrentam carências estruturais e falta de recursos pedagógicos. Essa realidade limita as opções disponíveis para os estudantes e pode reduzir a eficácia da implementação do novo ensino médio. É imprescindível que o governo priorize investimentos em infraestrutura educacional para tornar a proposta inclusiva.

Além disso, é importante manter um currículo abrangente e promover todas as áreas de conhecimento, promovendo uma formação integral e crítica dos estudantes. Somente assim será possível alcançar um ensino médio de qualidade e promover maior equidade para todos os jovens brasileiros.

Considerações finais

Ao longo da história da educação brasileira, em particular, do ensino médio, descobriu-se que as reformas e mudanças que foram feitas ao longo do tempo foram principalmente destinadas a atender às demandas do mercado de trabalho, como ficou evidente na Reforma do Ensino Médio de 2017.

Ao mesmo tempo que a Reforma explicita como ganho e inovação a diversificação da oferta para atender às diferenças individuais, como os itinerários formativos e o projeto de vida, não revela o pouco investimento na valorização dos professores, na formação continuada adequada, na melhoria das condições físicas e de equipamentos das escolas, como salas de aulas equipadas com tecnologias diversas, refeitórios, espaços de convivência dos estudantes, laboratórios de diversas áreas do conhecimento e formação profissional, etc. Da mesma forma a Reforma, ao ampliar o tempo e carga horária do ensino médio, sem discutir com profundidade com a população brasileira, não levou em conta as diferenças de capital econômico, cultural e social da maioria dos estudantes do ensino médio, e as condições objetivas de muitos deles de não poder frequentá-lo, tendo em vista a necessidade de trabalho e renda.

Sendo assim é possível encontrar respaldo empírico na Reforma Curricular que instaura os itinerários formativos e sua ilusória opção de escolha, de que a escola é mesmo um lugar favorável à manutenção e reprodução das desigualdades sociais (Bourdieu; Passeron, 2015).

Os itinerários formativos acabam sendo uma proposta inviável na maioria das cidades e comunidades brasileiras, se considerarmos o número de estudantes, com uma ou duas turmas de ensino médio, o que inviabiliza que a escola ofereça os quatro itinerários formativos e cursos diversificados de formação profissional prometidos. Como é visto, a reforma “não respeita as capacidades e interesses diferenciados dos jovens, mas visa naturalizar as desigualdades” (Araújo, 2019, p.53).

Portanto, fica explícito que a situação familiar, cultural e social exerce um papel considerável sobre as possibilidades de êxito no rendimento escolar. Como afirma Valle (2013), p. 301) em relação a Bourdieu e Passeron “A tese clássica destes autores relacionada ao lugar da escola na reprodução social ainda não foi refutada, como mostram as enquetes do Programme for International Student Assessment (PISA)¹²”.

De modo geral, a proposta do Novo Ensino Médio, apesar de buscar inovações, está gerando impactos negativos na educação brasileira. A redução da carga horária de disciplinas fundamentais, a desigualdade no acesso à educação, a fragilização da formação integral, entre outros problemas, demonstra a necessidade de repensar essa reforma para garantir uma educação de qualidade, inclusiva e que promova o desenvolvimento pleno dos estudantes brasileiros. É importante que políticas educacionais sejam revistas com base em estudos consistentes e em diálogo com os profissionais da área, visando o aprimoramento do sistema educacional do país.

Por fim, reafirmamos que a Reforma do Ensino Médio não atende os objetivos de humanização completa dos estudantes por meio do trabalho educativo, a valorização dos professores, o trabalho colaborativo e contextualizado em tempo e espaço, a autonomia das instituições de ensino na construção do currículo e a defesa da juventude de baixa renda que acredita na escola como um local de apropriação do conhecimento, ampliação do capital e cultural sem distinção e de possibilidades de ascensão social e melhoria das condições de vida.

Referências

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **Ensino médio brasileiro: dualidade, diferenciação escolar e reprodução das desigualdades sociais**. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

DUBET, François. **A escola e a exclusão**. Cadernos de pesquisa. N. 119, julho. 2003.

BARCELLOS, Marcília Elis et al. A reforma do ensino médio e as desigualdades no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, v.2, no 13, 2017.

BAUDELLOT, C.; ESTABLET, R. L'élitisme républicain. L'école française à l'épreuve des comparaisons internationales. Paris: La République des Idées/Seuil, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas: o que falar quer dizer**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**: Rio de Janeiro: vozes, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Ed. Marco Zero Limitada, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Beltrand Brasil, 2004.

Revista Devir Educação, Lavras, vol.10, n.1, e-1084, 2026.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean Claude. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: editora da UFSC, 2015.
<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2362539>, acesso em 25 jul., 2023.

BRASIL. Medida provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016. **Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral**. Brasília, 15 de setembro de 2016. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016-783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 21 jul., 2023

BRASIL. Medida Provisória MPV 746/2016. Brasília, 22 set. 2016a. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/medpro/2016/medidaprovisoria-746-22-setembro-2016783654-exposicaodemotivos-151127-pe.html>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, 11.494, de 20 de junho de 2007, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 12.858, de 9 de setembro de 2013. Brasília, 2017.

BRASIL, **Lei no 13.145, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/at02015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 19 mar. 2019.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **A reforma do ensino médio: retratos e reflexões**. Cadernos Cedes, Campinas, v. 37, n. 102, pág. 47-67, jan./abr. 2017.

CASTRO, Maria Helena Guimarães. **A reforma do Ensino Médio**. São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.insper.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/Reforma-EnsinoMedio-MH-Castro.pdf>. Acesso em: 27/09/2023.

FREITAS, Luiz Carlos de. Aumento da carga horária no ensino médio: entre promessas e desafios. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, vol. 100, 2019, pp. 166-190.

GOÉS, N.M; BORUCHOVITCH, E. **Ensino médio no Brasil: panorama geral e considerações sobre os desafios atuais**. Argumentos Pró-Educação, Pouso Alegre, v. 6, p. 1-23, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.24280/10.24280/ape.v6.e902>

NERI, Marcelo Cortês. **Motivação da evasão escolar**. Rio de Janeiro: FGV, 2015. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/handle/11465/1166/1789.pdf?sequence=1>. Acesso em: 11 jun. 2023.

PELLANDA, Andressa; FROSSARD, Marcele. Para a educação cumprir o pacto com seu propósito democrático, é preciso outro ensino médio. Gestão, Política & Sociedade como a conjuntura do país afeta o ambiente público e o empresarial. Disponível em: <https://www.estadao.com.br/politica/gestao-politica-e-sociedade/para-a-educacao-cumprir-o-pacto-com-seu-proposito-democratico-e-preciso-outro-ensino-medio/>. Acesso em 24 jul. 2023.

VALLE, Ione Ribeiro. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação das desigualdades sociais. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 48 p. 289-307, abr./jun. 2013. Editora UFPR

*Recebido: julho/2025.
Aprovado: novembro/2025
Publicado: janeiro/2026.*